



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL  
R. Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 - Bairro Parque dos Poderes - CEP 79037-100 - Campo Grande - MS

## TERMO DE REFERÊNCIA

### ANEXO I DO EDITAL

#### CAPÍTULO I - DO OBJETO

1. O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a contratação de serviços continuados de solução de videoconferência para atender as demandas do TRE-MS.
2. Aplicam-se à prestação dos serviços a serem contratados as condições indicadas neste Termo de Referência e na minuta do Contrato.
3. A presente contratação será efetuada através de licitação, na modalidade de Pregão, em sua forma eletrônica, do tipo menor preço e observará os preceitos gerais de Direito Público, e em especial as disposições da Lei nº 10.520/2002, combinada com o Decreto 10.024/2019, e subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, e será ainda subordinada às condições e exigências estabelecidas no Edital.

#### CAPÍTULO II – DA MOTIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1. Esta contratação tem por objetivo suprir as necessidades de uso ordinário de solução de videoconferência dando cumprimento das resoluções do CNJ abaixo elencadas:

nº 337/2020	Sistema de videoconferência para suas audiências e atos oficiais
nº 341/2020	Salas para a realização de atos processuais, especialmente depoimentos de partes, testemunhas e outros colaboradores da justiça por sistema de videoconferência em todos os fóruns
nº 345/2020	Juízo 100% Digital
nº 354/2020	Realização de audiências e sessões por videoconferência e telepresenciais e a comunicação de atos processuais por meio eletrônico nas unidades jurisdicionais de primeira e segunda instâncias

- 1.1. Além de atender as necessidades de videoconferência internas do TRE/MS:

- Sessões do Pleno do TRE/MS com transmissão para o canal do TRE/MS no YouTube;
- Palestras remotas de cursos e eventos
- Correição virtual
- Suporte, negocial e/ou de TI, aos diversos sistemas utilizando a videoconferência como facilitador de comunicação.

#### CAPÍTULO III - DOS SERVIÇOS, ESPECIFICAÇÃO, QUANTIDADES E PREÇOS MÁXIMOS

1. A descrição sucinta dos serviços a serem prestados, especificações e respectivas quantidades e preços máximos estão indicados abaixo.

## Item 01: Licenças para videoconferência

### Item 1.1. LICENÇAS DE USO SOFTWARE VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM

Os equipamentos deverão atender às seguintes especificações:

- Permitir a realização de reuniões no formato de videoconferência.
- Permitir agendamento de videoconferências com possibilidade de gerar convites únicos para cada videoconferência agendada (link / senha / descrição do escopo da videoconferência).
- Ser compatível com computadores, celulares e tablets e com os principais sistemas operacionais: Windows, Android e iOS.
- Permitir participação/conexão de convidados usando navegadores de internet comuns do mercado em computadores de mesa.
- Possuir e permitir participação/conexão de convidados usando o aplicativo do fabricante da solução fornecida.
- Permitir a transmissão ao vivo da reunião para a plataforma YouTube, sem utilização de software intermediários.
- Permitir gravação das reuniões localmente em formato MP4 ou outro formato padrão de mercado.
- Permitir a criação de salas de videoconferência com senhas.
- Possuir o controle da entrada de participantes na reunião, que pode ser implementado através de sala de espera ou recurso similar.
- Permitir a organização de até 3 reuniões simultâneas com até 100 participantes.
- Permitir a troca de mensagens escritas (*chat*) entre os participantes da reunião.
- Permitir que o organizador da reunião possa convidar, adicionar, remover, silenciar e gerir os participantes da reunião.
- Permitir que o organizador da possa repassar as atribuições / perfil de organizador / gestor da reunião para outro participante da reunião.
- Permitir que os participantes da reunião possam compartilhar as telas de seus dispositivos com todos os demais.
- Prover durante a vigência do contrato as atualizações de software da solução;
- Prover durante a vigência do contrato suporte a solução em território nacional.

### Item 1.2. LICENÇAS DE USO SOFTWARE VIDEOCONFERÊNCIA ZOOM COM HARDWARE CISCO ROOM KIT

Licença específica para utilização do hardware Cisco Room Kit ([Link do Produto](#)) em reuniões virtuais do software de videoconferência Zoom.

- Permitir o ingresso do hardware de videoconferência já existente no plenário do TRE-MS Cisco Room Kit em reuniões virtuais do software de videoconferência Zoom.
- Prover durante a vigência do contrato suporte, em território nacional, a solução e integração do hardware.

Item 1	QUANTIDADE	PERÍODO	VALOR POR 36 MESES
ITEM 1.1 - LICENÇAS DE USO ZOOM	3	36 meses	R\$ 16.442,55
ITEM 1.2 - LICENÇA DE USO CISCO ROOM KIT COM SOFTWARE ZOOM	1	36 meses	R\$ 12.816,00

2. Os subitens 1.1 e 1.2 deverão ser fornecidos por uma só empresa, tal medida visa agilizar a resolução de problemas, uma vez que as licenças deverão ser utilizadas em conjunto.

## **CAPÍTULO IV – DOS DETALHAMENTO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS**

1. Os serviços videoconferência, objeto desta contratação, deverão ser prestados com a observância das condições indicadas neste Termo de Referência, especialmente o detalhamento constante no presente Capítulo e no Termo de Contrato.

### **2. Fornecimento das licenças**

2.1 O fornecimento das 3 licenças, em conformidade com as especificações constantes do Capítulo III, de uso do software de videoconferência Zoom se dará pelo cadastro de e-mails institucionais listados abaixo:

- vc01.zoom@tre-ms.jus.br
- vc02.zoom@tre-ms.jus.br
- vc03.zoom@tre-ms.jus.br

2.2 O fornecimento da licença de uso do hardware cisco room kit com o software Zoom se dará pela associação desta licença com o e-mail institucional abaixo listado:

- vc01.zoom@tre-ms.jus.br

2.3 As devidas evidências do cadastro e respectivas senhas de acesso deverão ser enviadas para sgs@tre-ms.jus.br

### **3. Prestação de suporte técnico**

3.1 Para fins desta contratação, considera-se serviço de suporte técnico as ações:

- Suporte ao produto
- Gerenciamento de conta
- Tira dúvidas quanto a usabilidade do software e licenças contratadas
- Auxílio no cadastro e configuração da licença de hardware Cisco Room Kit

3.2 A prestação dos itens de suporte, acima citados, podem ser efetuadas via os canais de comunicação abaixo:

- e-mail
- telefone
- videoconferência

3.2.1. para tanto devem ser fornecidos e-mail de suporte, telefone e caso tenha-se necessidade de contato via videoconferência no momento do suporte a empresa deve enviar o link para a reunião virtual.

### **4. Prazos de Atendimento e Manutenção**

4.1 Requisições de suporte técnico

- Prazo máximo para solucionar problemas técnicos a partir do envio de e-mail: 2 dias úteis;
- Prazo para prestar orientações gerais: 4 horas.

4.2. O serviço de suporte técnico pela contratada deverá estar disponível entre 9h às 17h, horário oficial.

## **5. Requisitos temporais**

5.1 As licenças que compõe a solução deverão ser entregues no prazo de 10 dias corridos, após a assinatura do contrato.

## **CAPÍTULO V – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

1. Será exigida da empresa ofertante do menor preço:

1.1) Comprovação de ser parceiro Zoom.us Certificado (Latin America);

1.2.) Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter a licitante fornecido licença de uso do software videoconferência de forma satisfatória.

## **CAPÍTULO VI – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DAS SOLUÇÕES**

1. Os serviços da solução deverão ser prestados no prédio-sede do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul, sito à Rua Desembargador Leão Neto do Carmo, 23 – Jardim Veraneio, Campo Grande/MS, de segunda à sexta feira, nas condições e horários definidos no Capítulo IV.

1.1. Nos termos do inciso III, art. 3º do Decreto nº 7.174/2010, quando cabível, para os produtos importados será exigido, no momento da entrega, a comprovação de origem dos mesmos e a quitação dos tributos de importação a eles referentes, sob pena de rescisão contratual e multa.

2. O PRAZO MÁXIMO para disponibilização das licenças é o fixado na cláusula 5 do Capítulo IV deste Termo de Referência.

3. Caso a empresa verifique a impossibilidade de cumprir com os prazos de entrega estabelecidos, deverá encaminhar ao TRE/MS solicitação de prorrogação de prazo, da qual deverão constar: motivo do não cumprimento do prazo, devidamente comprovado, e o novo prazo previsto para entrega.

3.1. A comprovação de que trata esta cláusula deverá ser promovida não apenas pela alegação da empresa contratada, mas por meio de documento que relate e justifique a ocorrência que ensejará o descumprimento de prazo, tais como: carta do fabricante/fornecedor, laudo técnico de terceiros, Boletim de Ocorrência de Sinistro, ou outro equivalente.

3.2. Fica a licitante vencedora obrigada a enviar aviso de recebimento das mensagens eletrônicas que lhes são enviadas. Caso não o faça, considerar-se-á ciente do seu conteúdo no 1º dia útil seguinte ao seu envio.

4. A solicitação de prorrogação de prazo será analisada pelo TRE/MS na forma da lei e de acordo com os princípios de razoabilidade e proporcionalidade, informando-se à empresa da decisão proferida.

5. Em caso de denegação da prorrogação do prazo, e caso não cumpra o prazo inicial, a empresa contratada ficará sujeita às penalidades previstas neste termo de referência.

6. O recebimento provisório e definitivo da solução ficarão a cargo da equipe de apoio à contratação, conforme descrito a seguir.

7. O recebimento provisório será efetuado no momento da entrega dos serviços, ou em até 2 (dois) dias úteis desta, compreendendo, dentre outras, as seguintes verificações:

a) quantidade e tipo de licenças entregues;

b) apresentação do documento fiscal, com identificação da empresa contratada e do contratante (TRE/MS), descrição, quantidade, preços unitário e total.

8. Atendidas as condições indicadas na cláusula 7 acima, será registrado o recebimento provisório mediante atestado no verso da Nota Fiscal, ou, em termo próprio.

8.1. O atestado de recebimento registrado em canhoto de nota fiscal, ou documento similar, não configura o recebimento definitivo do material.

9. O recebimento definitivo deverá ser efetuado em até 10 (dez) dias úteis, contados da data do

recebimento provisório, satisfeitas as condições abaixo:

- a) correspondência de nome dos itens com os indicados na nota de empenho ou proposta da prestadora de serviços;
- b) compatibilidade com as especificações exigidas neste Termo de Referência e constantes da proposta da empresa contratada;
- c) realização de testes, quando previstos no Termo de Referência ou caso a unidade recebedora entenda necessário;
- d) conformidade do documento fiscal quanto à identificação do contratante (TRE/MS), descrição do serviço/item entregue, quantidade, preços unitário e total.

10. Verificada alguma falha no fornecimento e/ou prestação dos serviços, será feito o registro formal e informado à empresa contratada, para que proceda à sua correção no prazo de até 5 (cinco) dias úteis.

10.1. Ao prazo previsto neste item, aplica-se o disposto nos itens 3 a 5 deste Capítulo.

11. Competirá à empresa contratada arcar com ônus da retirada das licenças cujas características se mostrem diversas das exigidas no instrumento convocatório.

12. O TRE/MS providenciará a guarda das licenças entregues em desconformidade por 60 (sessenta) dias, contados da notificação ao fornecedor/prestador de serviço.

12.1. Decorrido o prazo disposto na cláusula anterior, o Tribunal não mais se responsabilizará pela guarda das licenças, restando autorizado a promover a destinação que melhor aprover ao interesse público.

## **CAPÍTULO VII - DA FISCALIZAÇÃO**

1. A fiscalização, o acompanhamento e a orientação relativas à prestação dos serviços ficarão a cargo de servidores pertencentes ao quadro deste Tribunal e designados como fiscais da contratação.

2. O contato entre o Tribunal e a empresa contratada será mantido, prioritariamente, por intermédio da fiscalização.

3. Caberão à fiscalização as seguintes funções:

- a) acompanhar e fiscalizar o fornecimento da solução pela empresa contratada;
- b) verificar eventuais falhas, erros ou não cumprimento de exigências estabelecidas no Edital, neste Termo de Referência, e contrato, solicitando, se couber, a imediata correção por parte da contratada;
- c) exercer, em nome do Tribunal Regional Eleitoral/MS, toda e qualquer ação de orientação geral, decidir sobre questões técnicas e burocráticas dos serviços, sem que isto implique em transferência de responsabilidade, a qual será única e exclusivamente de competência da contratada;
- d) comunicar à Administração o cometimento de falhas pela contratada, que impliquem comprometimento no fornecimento/prestação dos serviços e/ou aplicação de penalidades previstas;
- e) manter controle dos valores despendidos com a contratação, bem como dos saldos contratuais;
- f) conferir e atestar a Nota Fiscal/Fatura emitida pela empresa contratada, encaminhando-a para pagamento;
- g) manter registro das ocorrências relacionadas à execução do contrato, para fins de acompanhamento do desempenho da contratada;
- h) outras atribuições pertinentes à contratação ou que lhe forem conferidas pela Administração;

## **CAPÍTULO VIII - NOTA FISCAL/FATURA E DOCUMENTOS QUE DEVEM ACOMPANHÁ-LA**

1. A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida, preferencialmente, em meio eletrônico e conter a indicação do material e/ou serviço prestado, conforme a discriminação da Nota de Empenho, quantidade, e os preços unitário e total.

2. Os impostos a serem retidos deverão ser especificados no corpo da Nota Fiscal, de acordo com a Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal n.º 1.234, de 11/01/2012, alterada pela IN da SRF n.º 1.244/12.

## **CAPÍTULO IX – DO PAGAMENTO**

1. O pagamento será efetuado, **em uma única parcela anual**, mediante depósito em conta-corrente registrada em nome da pessoa jurídica vencedora do certame licitatório, no prazo de 7 (sete) dias úteis após o recebimento definitivo pela fiscalização e/ou do recebimento do documento fiscal.
2. O procedimento de pagamento da Nota Fiscal só se efetivará após o atesto dos serviços e mediante a comprovação da existência de conta bancária válida e ativa em nome da empresa, além da regularidade fiscal (INSS/FGTS) e trabalhista.
3. Será retida na fonte, caso a empresa não seja OPTANTE PELO SIMPLES, sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura, a alíquota dos seguintes impostos:
  - a) Imposto de Renda, Contribuição Social Sobre Lucro Líquido-CSLL, Cofins e Pis/Pasep, nos termos da Lei 9.430/96, salvo opção da empresa pelo SIMPLES – Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e empresas de Pequeno Porte, hipótese em que o fornecedor deverá comprovar a Opção;
  - b) Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, se este for devido.
4. Em caso de atraso no pagamento por parte do Tribunal, os valores a serem pagos serão atualizados, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, mediante a aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$ , onde: EM = Encargos Moratórios; N= Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; VP = Valor da parcela em atraso; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:  $i =$  taxa percentual anual do valor de 6%,  $I = i / 365 \rightarrow I = (6/100) / 365$ .

## **CAPÍTULO X - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

1. As sanções administrativas estão disciplinadas na minuta do contrato (Anexo II).

## **CAPÍTULO XI. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO TRE-MS**

1. Efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas.
2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.
3. Notificar, através da fiscalização e por escrito (por meio de carta, e-mail, ofício, e/ou ordem de serviço), à contratada, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, indicando o prazo para sua correção.
4. Receber, conferir e atestar as faturas/notas fiscais relativas ao objeto da contratação;
5. Efetuar o pagamento à contratada, de acordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência e na Minuta de Contrato;
6. Verificar a manutenção pela contratada das condições de habilitação estabelecidas na licitação;
7. Aplicar penalidades à contratada por descumprimento contratual.
8. Proporcionar todas as condições para que o serviços seja consumido dentro e fora da infraestrutura do TRE-MS dentro das normas estabelecidas;

## **CAPÍTULO XII. DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

1. Cumprir fielmente o estipulado neste Termo de Referência, no Edital, na proposta de preços, no Termo Contratual e na Nota de Empenho.
3. Fornecer o software, manuais técnicos e informações necessárias ao bom funcionamento e uso dos das licenças contratadas.

4. Reparar, corrigir, à suas expensas, no todo ou em parte, os serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes de erro ou falha de execução, salvo quando o defeito for, comprovadamente, provocado por uso indevido da contratante.
5. Dar ciência à fiscalização, imediatamente e por escrito, acerca de qualquer anormalidade que seja verificada no decorrer da execução dos serviços.
6. Sujeitar-se à fiscalização do TRE-MS, prestando todos os esclarecimentos que forem solicitados, atendendo prontamente quando requisitado.
7. Manter, durante o prazo contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital relativo à licitação da qual decorreu o presente ajuste, nos termos do art. 55, inc. XIII, da Lei no 8.666/1993, o qual será observado mensalmente, quando dos pagamentos à contratada;
8. A ausência ou omissão da fiscalização do Tribunal Regional Eleitoral-MS – TRE-MS não eximirá a contratada das responsabilidades previstas no Edital, Termo de Referência e Termo Contratual.
9. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias nos serviços, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
10. Abster-se de praticar atos ilícitos, em especial os descritos no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 2013, bem como observar os princípios da legalidade, moralidade, probidade, lealdade, confidencialidade, transparência, eficiência e respeito aos valores preconizados no Código de Conduta Ética do TRE/MS (Resolução 690/2020).
11. Dar plena ciência do disposto na Resolução 665/2019, a qual dispõe sobre o procedimento de apuração de responsabilidade e aplicação de penalidades a pessoa física ou jurídica decorrentes de descumprimento de regras licitatórias e/ou obrigações contratuais no âmbito do TRE/MS.
12. Dar conhecimento, aos funcionários de seus respectivos quadros que participarão da execução contratual, sobre o Código de Conduta Ética do TRE/MS para ciência e responsabilidade em sua observância.
  - 12.1 O mesmo se aplica à subcontratada (se for o caso).
13. Proteger informações confidenciais e privilegiadas, conforme regulamento próprio.
14. Efetuar a liquidação antecipada de despesas de natureza continuada no mês de dezembro e que tenham vencimento no mês de janeiro do exercício posterior, a fim de evitar a inscrição de despesas em restos a pagar, conforme recomendação da AJDG no Parecer 1263 (0947977) e Decisão (0948049).

### CAPÍTULO XIII. DA VIGÊNCIA

1. A vigência da contratação será de **36(trinta e seis) meses**, contados da assinatura do contrato.

### CAPÍTULO XIV. DEMAIS INFORMAÇÕES ACERCA DA CONTRATAÇÃO EXIGIDAS PELA RESOLUÇÃO N.º 182/2013 – CNJ (ART. 18, § 3º, INCISO II)

O presente Termo de Referência tem por objeto determinar as condições que disciplinarão a contratação de serviços continuados de solução de videoconferência para atender as demandas do TRE-MS.

#### a) Motivação da contratação

1. Esta contratação tem por objetivo suprir as necessidades de uso ordinário de solução de videoconferência dando cumprimento das resoluções do CNJ abaixo elencadas:

nº 337/2020	Sistema de videoconferência para suas audiências e atos oficiais
nº 341/2020	Salas para a realização de atos processuais, especialmente depoimentos de partes, testemunhas e outros colaboradores da justiça por sistema de videoconferência em todos os fóruns
nº 345/2020	Juízo 100% Digital
nº 354/2020	Realização de audiências e sessões por videoconferência e telepresenciais e a comunicação de atos processuais por meio eletrônico nas unidades jurisdicionais de primeira e segunda instâncias

Além de atender as necessidades de videoconferência internas do TRE/MS:

- Sessões do Pleno do TRE/MS com transmissão para o canal do TRE/MS no YouTube;
- Palestras remotas de cursos e eventos
- Correição virtual
- Suporte, negocial e/ou de TI, aos diversos sistemas utilizando a videoconferência como facilitador de comunicação.

#### **b) Objetivos a serem alcançados**

Contratar 3 licenças de uso da aplicação de videoconferência Zoom e 1 licença de uso para o hardware Cisco Room Kit ingressar em reuniões virtuais Zoom.

#### **c) Benefícios resultantes da contratação**

Aumentar a disponibilidade de licenças de uso da aplicação Zoom e diminuir a concorrência simultânea por salas virtuais de videoconferência aos usuários do TRE-MS.

#### **d) Alinhamento entre a contratação e o planejamento estratégico**

A Solução adotada deve estar com os objetivos estratégicos constantes dos Planejamentos Estratégicos da Instituição (PEI).

Esta aquisição decorre da "adequação à evolução do número de usuários" (art. 12, II, Res. TRE/MS n.º 763)

O planejamento que abrange de 2015 até 2021, foi instituído pela Resolução TRE-MS n.º 548/2015.

Dentre os objetivos estratégicos de planejamento, identificamos que a Solução escolhida atende aos objetivos relacionados abaixo:

*Objetivo 08 – PEI - Melhoria da infraestrutura e governança de TIC*

#### **e) Referência aos Estudos Preliminares realizados**

Os estudos preliminares que nortearam a presente contratação encontram-se no Processo SEI n.º 0005100-52.2020.6.12.8000

#### **f) Relação entre a demanda prevista e a ser contratada**

A previsão no documento de oficialização de demanda (0870088) era a contratação de ferramenta de videoconferência para atender as demandas das unidades deste Tribunal. Porém não havia a descrição do quantitativo de licenças que atenderiam a demanda.. Os quantitativos foram levantados no momento dos estudos preliminares.

- 3 licenças de uso da aplicação de videoconferência Zoom
- 1 licença de uso para o hardware Cisco Room Kit ingressar em reuniões virtuais Zoom

#### **g) Soluções disponíveis no mercado**

A escolha pela solução ocorreu após análise das soluções disponíveis no mercado, quais sejam:

- Google Meet
- Zoom Meeting
- Microsoft Teams
- Cisco Webex
- Cisco Meeting Services (CSM)

O TRE-MS tem atualmente em funcionamento a solução Cisco CMS (*Cisco Meeting Server*) que foi implantada como ferramenta *ON PREMISE* e com escopo apenas para uso interno entre as unidades do TRE/MS vide contratação 0004030-34.2019.6.12.8000 homologada em 27/09/2019.

**Porém a solução não dispõe de características técnicas para atender a nova demanda urgente advinda das adequações de trabalho remoto / teletrabalho** após a declaração de emergência de saúde pública internacional COVID-19. As principais necessidades mapeadas são:

- Permitir a transmissão ao vivo da reunião para a plataforma YouTube, sem utilização de software intermediários. Permitindo transparência das sessões plenárias ao



- publico em geral;
- Possuir recursos de gestão de participantes de salas de videoconferência:
  - Agendamento de reuniões
  - Renomear nomes dos participantes
  - Dar destaque de tela conforme a necessidade
  - Gerar links/senhas únicos para cada videoconferência agendada
  - Gerenciar entrada / exclusão de participantes
  - Transmitir sessões híbridas a partir da câmera do plenário direto para o canal do youtube

Estas características listadas acima foram demandadas da execução das sessões plenárias virtuais do TRE-MS dado a necessidade da publicidade e transparência as mesmas, as demais demandas internas não exigem todos estes requisitos e podem ser atendidas pela solução CMS (*Cisco Meeting Server*) já implantada e funcional no TRE-MS.

Logo existe apenas necessidade de disponibilizar uma solução de videoconferência "*cloud-based*" que atenda as demandas específicas das sessões plenárias do TRE-MS. Atualmente o serviço já está disponível para as sessões plenárias utilizando-se a ferramenta Zoom Meetings que teve sua licença de uso adquirida de forma emergencial.

Todo fluxo de atendimento já está em funcionamento utilizando esta ferramenta para as sessões plenárias e o TRE-MS já tem a equipe de TI treinada e com conhecimento para atender demandas técnicas encaminhadas a Central de Serviços e os servidores efetivos e Membros do pleno TRE-MS já utilizam a ferramenta Zoom Meeting corriqueiramente.

Segue abaixo o quadro comparativo de funcionalidades necessárias para a demanda de videoconferência para as sessões plenárias:

ITEM	DESCRIÇÃO FUNCIONALIDADE	SOFTWARES VIDEOCONFERÊNCIA				
		GOOGLE	ZOOM Meeting	CISCO CMS TRE-MS	CISCO WEBEX	MICROSOFT TEAMS
1	Permitir a realização de reuniões no formato de videoconferência.	X	X	X	X	X
2	Permitir agendamento de videoconferências com possibilidade de gerar convites únicos para cada videoconferência agendada (link / senha / descrição do escopo da videoconferência).	X	X	NÃO PRESENTE	X	X
3	Ser compatível com computadores, celulares e tablets e com os principais sistemas operacionais: Windows, Android e iOS.	X	X	X	X	X
4	Permitir participação/conexão de convidados usando navegadores de internet comuns do mercado em computadores de mesa.	X	X	X	X	X
5	Possuir e permitir participação/conexão de convidados usando o aplicativo do	X	X	X	X	X

	fabricante da solução fornecida.					
6	Permitir a transmissão ao vivo da reunião para a plataforma YouTube, sem utilização de software intermediários.	NÃO PRESENTE	X	NÃO PRESENTE	X	NÃO PRESENTE
8	Permitir gravação das reuniões localmente em formato MP4 ou outro formato padrão de mercado.	X	X	PARCIALMENTE	X	X
9	Permitir a criação de salas de videoconferência com senhas.	X	X	X	X	X
10	Possuir o controle da entrada de participantes na reunião, que pode ser implementado através de sala de espera ou recurso similar.	X	X	NÃO PRESENTE	X	X
11	Permitir a organização de até 3 reuniões simultâneas com até 100 participantes.	X	X	X	X	X
12	Permitir a troca de mensagens escritas (chat) entre os participantes da reunião.	X	X	X	X	X
13	Permitir que o organizador da reunião possa convidar, adicionar, remover, silenciar e gerir os participantes da reunião.	X	X	X	X	X
14	Permitir que o organizador da possa repassar as atribuições / perfil de organizador / gestor da reunião para outro participante da reunião.	X	X	NÃO PRESENTE	X	X
15	Permitir que os participantes da reunião possam compartilhar as telas de seus dispositivos com todos os demais.	X	X	X	X	X
16	Prover atualização e suporte durante período contratual.	X	X	X	X	X
17	Permitir que o hardware Cisco Room Kit presente no plenário TRE-MS se conecte a reuniões	X	X	NÃO PRESENTE	X	X

Do quadro comparativo acima duas ferramentas atendem completamente a demanda são a Zoom Meeting e Cisco Webex. Do ponto de vista do custo e esforço de implantação, fiscalização da contratação a solução que melhor atendente é a **Zoom Meeting**.

Visto que:

- Não é necessário esforço de configuração da solução tecnológica pois a mesma já está em uso porém com quantidade e versão de licenças inferior a demanda (1 licença de até 100 usuários não corporativa);
- Não é necessário esforço de treinamento e o ajuste de fluxo de consumo do serviço de TI é baixo pois a solução tecnológica já está em uso.

**h)** O objeto enquadra-se como contratação de locação licenças de uso de aplicação de videoconferência Cloud-Based;

**i)** A adjudicação se dará para um único contratado, haja vista o aumento da complexidade de gestão da solução por parte da fiscalização caso o objeto seja parcelado.

**j)** Licitação, modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço, tendo em vista se tratar de objeto comum, ou seja, possui características comuns e usuais encontrados no mercado, cujos padrões de desempenho e de qualidade podem ser objetivamente definidos.

**k)** Devido ao fato desta contratação não gerar resíduos sólidos, bem como não prever serviço de obra de grande vulto, não se aplica o estudo de impacto ambiental, sendo necessário apenas no momento da baixa do equipamento.

**l)** Conformidades técnicas estão descritas nas especificações do objeto (Capítulo III deste Termo de Referência). Não há conformidade legal a ser exigida nesta contratação.

**m)** As obrigações contratuais, os papéis a serem desempenhados por cada envolvido na contratação e a dinâmica do fornecimento constam deste Termo de Referência e da minuta do contrato.

As especificações técnicas detalhada do objeto encontram-se no capítulo IV deste Termo de Referência.

- Não será criado nenhum tipo de dependência tecnológica entre o TRE-MS e a contratada visto a complexidade baixa do equipamento e sua solução agregada.

- A descrição de direitos de propriedade intelectual e autorais não se aplica a contratação objeto deste procedimento administrativo

Durante a contratação, serão usados os modelos de praxe do TRE/MS: para requisição dos itens, aceite dos produtos, análises da fiscalização, etc.

## **EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

**Marcos Antonio Granja Anelli**

SGP - Integrante Demandante

**Thalles de Souza Torchi**

STI/CITIS/SGS - Integrante Técnico

**Sônia Aparecida Granja Anelli**

SAF/CRM/SLC - Integrante Administrativo



Documento assinado eletronicamente por **SÔNIA APARECIDA GRANJA ANELLI**, Técnico Judiciário, em 29/07/2022, às 09:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS ANTONIO GRANJA ANELLI**, Secretário(a), em 29/07/2022, às 09:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **THALLES DE SOUZA TORCHI**, Chefe de Seção, em 29/07/2022, às 10:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [https://sei.app.tre-ms.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.app.tre-ms.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **1253390** e o código CRC **5BB98A71**.